

Comor realiza reunião para definir recursos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos — Comor — realiza, hoje, sua primeira reunião sob a nova administração federal, para analisar uma extensa pauta, que inclui definições sobre aplicações de recursos no setor agrícola, além de projetos de autorização de levantamento de recursos por parte de várias empresas do governo.

O Comor manteve sua estrutura e atribuições, permanecendo sob a presidência dos secretários-gerais da Seplan e do Ministério da Fazenda, e dispondo de mais 14 membros, sendo sete da Seplan, três do Ministério da Fazenda, três do Banco do Brasil e um do Banco Central. O novo governo decidiu mantê-lo, como instrumento de controle do orçamento público, pois do colegiado fazem parte o secretário da Receita Federal, o secretário da Sest, o secretário da Sarem (articulação com Estados e municípios) e o chefe do departamento econômico do Banco Central, os quais atuam diretamente no controle da execução dos três orçamentos do governo.

A principal tarefa do Comor continuará sendo a apreciação prévia de propostas, pleitos, sugestões, procedimentos e quaisquer outras iniciativas relacionadas com as questões de concessão de créditos, despesas, prioridades, arrecadação, endividamento interno, política monetária, planos de aplicações de instituições financeiras federais, política de produção e comercialização agrícola e outros itens de despesas que possam acarretar desvios nas metas estabelecidas para o controle monetário e o déficit público.

BIRD

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, anunciou, em Brasília, que o seu ministério continuará contando com a colaboração do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o desenvolvimento de programas na região Nordeste e Centro-Oeste. Depois de manter contatos com o chefe da divisão do Brasil do Banco Mundial, Roberto González Confino e o representante do Bid, Willian Ellis, o ministro disse que as duas instituições de crédito manifestaram o interesse em prosseguir nessa ajuda, reconhecendo a necessidade de promoção sócio-econômica das populações nordestinas.

O ministro acentuou que a prioridade número um no Nordeste será conferida ao programa de apoio ao pequeno produtor — primeira etapa do chamado projeto Nordeste. Estima-se o atendimento a 2,8 milhões de famílias que habitam o meio rural, numa área que se estende desde o Maranhão até a região mineira do polígono das secas. Os recursos previstos para sua execução são da ordem de US\$ 12 bilhões em 15 anos, dos quais metade oriundos de

financiamentos do Banco Mundial e do Bid. O Ministro disse que, com a ajuda internacional e a firme determinação dos governos dos Estados, o programa será executado sem solução de continuidade de forma a criar uma nova face no Nordeste brasileiro.

A região Centro-Oeste, segundo o ministro, também continuará a receber a ajuda do Banco Mundial através do programa Polonoroeste. De acordo com Costa Couto, serão intensificadas as ações de assentamentos de famílias e de colonização, de zoneamento ecológico-econômico e de demarcação de terras indígenas. Os investimentos através do Polonoroeste estão estimados, no triênio 1984/86, em Cr\$ 430 bilhões.